

“É DIFÍCIL PREVER QUANDO RETOMAREMOS O PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO A MOÇAMBIQUE”

O FMI reitera que só voltará a prestar apoio financeiro após “o devido esclarecimento do processo das dívidas ocultas”. No entanto, deixa um elogio ao “esforço” do Governo na realização de reformas importantes para a consolidação orçamental e melhoria do ambiente de negócios

CUMPREM-SE NESTE MÊS DE MAIO, dois anos sobre a suspensão do financiamento a Moçambique do Fundo Monetário Internacional (FMI). Consequência desse facto, o Banco Mundial, o G-14, (grupo dos países que financiavam o Orçamento do Estado, à época liderado por Portugal), e o Reino Unido suspenderam a ajuda a Moçambique. De lá para cá, é o que sabemos, o país tornou-se no mais endividado em África (122% do PIB) e classificado pelas agências de rating como estando “em incumprimento restrito”.

Recentemente, a missão anual do FMI em Moçambique apresentou a sua análise sobre estágio actual da economia moçambicana – “fortemente ‘sacudida’ pela crise nos últimos anos, mas já demonstrando sinais de alguma recuperação.”. O relatório lembra que tudo terá começado com “a queda nos preços das commodities e as condições climáticas adversas”, situação que “piorou após a divulgação de empréstimos ocultos na primavera de 2016 e o consequente congelamento do apoio dos doadores e do FMI”, pode ler-se.

Depois, reconhece-se que a política monetária ajudou “a estabilizar a taxa de câmbio e a reduzir a inflação”, mas ainda assim, entende o FMI, a política fiscal ainda é “muito frouxa”, e prejudicial ao pleno desenvolvimento de um sector privado, necessário ao crescimento económico como porventura nunca antes, na história do país. Assim, o momento parece ideal para um ponto da situação, em que para lá de um balanço dos avanços entretanto alcançados, não se esquecem os obstáculos ainda por ultrapassar na busca pela estabilização económica. Numa entrevista exclusiva à E&M, Ari Aisen, representante-residente do FMI em Moçambique, analisa o estado da arte da economia nacional e releva a “importância de uma cooperação estreita e saudável com o Governo”, com a intenção comum de ajudar a promover a estabilidade macroeconómica “o mais brevemente possível”.

A retoma macroeconómica divide opiniões: o Banco Central é mais optimista, a Economist Intelligence Unit, por exemplo, não. Qual a visão do FMI considerando todos os pressupostos actuais de recuperação e os riscos conjunturais ainda prevaletentes?

Há dois ingredientes fundamentais nessa questão: estabilidade interna e externa. De ponto de vista da balança de pagamentos (todas as relações económicas do país com o exterior) e de contas externas, houve estabilização, daí que o ajustamento foi importante para restaurar as contas externas. As exportações também cresceram, influenciadas pelo aumento da produção e preço do carvão. Na parte doméstica, a política monetária e fiscal um pouco mais fortes também promoveram o ajustamento macroeconómico. Houve redução da inflação e o nível actual tenderá a estar em torno dos 5% em termos anuais. E o país está a crescer na casa dos 3,5% a 4%. Para uma economia que tem crescido em torno de 7%, o nível actual é muito modesto, mesmo em função do crescimento demográ-

13,4

MIL MILHÕES DE DÓLARES É O VALOR TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. AVALIADA ACTUALMENTE EM 124%, É UMA DEZ MAIS ELEVADAS DO MUNDO, EM PERCENTAGEM DO PIB. PORTUGAL, SÃO TOMÉ E CABO VERDE ESTÃO TAMBÉM NESTA LISTA

fico que se antevê para os próximos anos. Então, não dá para dizer que o país está completamente estável no sentido amplo, quando não está a crescer muito, tem riscos fiscais ainda elevados (o Governo continua a acumular défices que têm de ser financiados) e numa situação em que o stock da dívida é insustentável. O país ainda tem indicadores importantes que não estão estabilizados e que não permitem concluir de maneira inequívoca que a estabilidade voltou.

Ao nível da concessão de crédito, como observa as medidas que têm vindo a ser tomadas pelo Banco Central?

Achamos importante que a política monetária tenha sido muito agressiva e haja espaço para reduzir as taxas de juro porque o crédito privado está a reduzir (10% ao ano). Para que isso aconteça, sugerimos uma mudança na combinação entre política fiscal e monetária. Assim, a monetária poderia tornar-se um pouco mais branda com redução de juros e a política fiscal deveria também consolidar-se, no sentido de que a despesa corrente reduza para apoiar a redução de juros pelo Banco Central. O alargamento da base tributária é condição indispensável para a retoma.

A Autoridade Tributária tem levado a cabo esforços para cobrir o défice orçamental que se agudizou com a suspensão do apoio externo, como a fiscalização das unidades económicas porta-a-porta, a selagem de bebidas e tabaco, ou um aperto à fiscalização nas empresas. Na percepção do FMI, até que ponto estas medidas são de facto eficazes?

O ajuste fiscal tem dois lados: o da receita e o da despesa. Do lado da despesa (massa salarial, compra de bens e serviços diversos) ainda existe pressão sobre a área fiscal. Algum esforço foi feito com a eliminação de benefícios para funcionários públicos; eliminação de subsídios gerais (não específicos para os que mais



FMI mantém estatuto de observador da economia nacional: “Continuamos a cooperar com o Governo de Moçambique”, diz Ari Aisen

precisam, que são as classes mais pobres); e estas decisões foram corajosas. Mas, infelizmente, muita despesa pública ainda poderia, e deveria ser reduzida porque talvez não esteja a contribuir tanto para a economia nacional sobretudo porque acaba por resultar em taxas de juro muito elevadas que limitam o acesso ao crédito para a iniciativa privada, que precisa de estímulos para poder expandir os seus negócios.

Quando fala em isenções refere-se a subsídios?

Há diversas fórmulas para estabelecer isenções ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros impostos, algumas mais justificadas do que outras. E o argumento que, em geral, se coloca para as estabelecer é que as isenções promovem investimento. Na nossa opinião, é questionável este argumento, até pelo que vemos em outros países. Os investidores, em geral, têm muitos elementos que ponderam para fazer investimentos e contribuir para a actividade económica, como as perspectivas a médio-prazo, a estabilidade macroeconómica, ou o bom ambiente de negócios.

Há ainda muitas dúvidas sobre o papel do FMI em Moçambique. A instituição deve ser entendida como parceira do Governo ou um conselheiro em determinadas reformas?

Até ao final de 2015 e início de 2016, quando foi suspenso o programa de financiamento devido à situação das dívidas ocultas, o nosso papel era um pouco mais claro e óbvio porque tínhamos metas acordadas. Houve financiamento externo que o FMI concedeu ao país (direccionado às reservas internacionais em moeda externa, geralmente em dólares que serve para realizar transacções com o resto do mundo através do Banco Central) que deixou de ser concedido. Esse desembolso financeiro decorria à luz do chamado Standby Credit Facility (SCF). Mas havia outro programa que não era financeiro, denominado Policy Support Instrument (PSI). Agora não temos nenhum programa conjunto nem financeiro nem não financeiro. Então a relação que temos é igual à que existe com todos os 189 países membros do FMI – que é o direito de uma consulta de Artigo 4, que acontece a cada dois anos e que de agora em diante será anual. Na missão de Artigo 4, o FMI

CÂMBIOS AJUDARAM INFLAÇÃO A ACALMAR

A taxa de câmbio desvalorizou de forma acentuada ao longo de 2016, elevando os custos de importação e conduzindo a um aumento geral de preços. Com a estabilização cambial, a tendência inflacionária abrandou



(1) Previsão FONTE INE, Banco de Moçambique

analisa a economia, discute com o Governo, e divulga um relatório em que deixa recomendações. Neste tipo de relação nós somos parceiros, mas não há quaisquer compromissos do Governo acordados com o FMI.

Quando prevê que o FMI volte a apoiar o crescimento e o desenvolvimento económico do país?

Creio que é importante esclarecer que, apesar de tudo, o FMI nunca parou de trabalhar com Moçambique. Como disse, temos um relacionamento de Artigo 4. Mas além disso, temos um vasto programa de assistência técnica para a Autoridade Tributária, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério da Economia e Finanças e o Banco Central. Temos consultores-residentes nestas instituições que contribuem para que elas se fortaleçam. Porque o nosso compromisso com o país é de muito longo prazo.

Com a Procuradoria Geral da República (PGR) a investigar o processo das dívidas ocultas, pergunto-lhe se está dependente da conclusão do processo a retoma do programa de apoio à economia nacional?

O processo judicial é uma decisão soberana do país e nós não podemos condicionar um programa à finalização desse processo. Por outro lado, em termos de transparência, é importante entender onde os recursos oriundos desses empréstimos foram utilizados. Isso dá-me a oportunidade de notar que o Governo já está a implantar um plano de acções com diversas medidas positivas em vários aspectos. Por exemplo: novos decretos que foram emitidos no fim do ano passado sobre como garantias de dívidas podem ou deveriam ser emitidas, ou a lei do sector empresarial do Estado. Isso vai definir o novo marco legal para operações de empresas do sector público e talvez impedir a ocorrência de novos escândalos como este.

Na sua opinião, essas mudanças são suficientes para o FMI e outros parceiros voltarem aos programas de apoio financeiro? E isso poderá acontecer, mesmo que não sejam apontados culpados no processo de contratação das dívidas?

Como disse, a responsabilização de indivíduos particulares é uma decisão soberana de uma instituição soberana que é a PGR. O mais importante de tudo é a apropriação, por parte de Moçambique

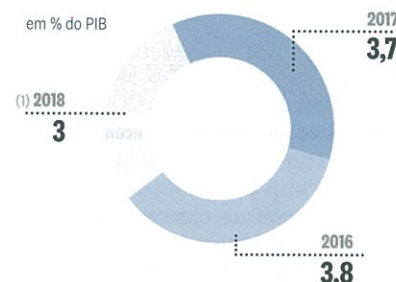
OS INDICADORES DA ECONOMIA NACIONAL

Se, por um lado, a boa notícia é que o défice da conta corrente externa continuou a diminuir em 2017, influenciada pelo boom nas exportações mineiras, pela tendência de contração nas importações de serviços de megaprojectos, e igualmente pelo influxo pontual de renda associado ao imposto extraordinário sobre ganhos de capital proveniente da venda da participação da ENI no campo de gás natural de Coral South para a Exxon Mobil; já do lado da dívida a situação permanece "perigosa" pois o stock da dívida do sector público em relação ao PIB mantém-se na casa dos 120% do PIB real. Assim, escreve a equipa de análise

do FMI, "as perspectiva continuam desafiadoras", deixando um alerta para "a urgência de novas ações políticas, porque se espera que o crescimento do PIB real diminua ainda mais nos próximos anos, enquanto a inflação permanecerá nos níveis actuais. O défice fiscal irá expandir-se (devido aos pagamentos da obrigação da dívida), levando a uma maior acumulação de dívida pública e a uma crescente exposição do sector privado, especialmente dos bancos ao governo que, combinada com altas taxas de juros, cria potenciais vulnerabilidades macrofinanceiras", pode ler-se no relatório emitido em Março deste ano.

CRESCIMENTO REAL DO PIB CONTINUA LENTO

O FMI prevê que o crescimento real do PIB não vá além dos 3%, dando sequência à tendência de abrandamento sentida desde 2016. A equipa de analistas do FMI atribui a quebra "ao aumento do défice público" e às medidas para fortalecimento do sector privado "não estarem ainda a produzir os devidos efeitos na economia."



ÍNDICE DE PREÇOS DO CONSUMIDOR

Ano	Índice de Preços do Consumidor (em % do PIB)
2016	21,1
2017	7,2
2018 (previsão)	6,5

DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA

Ano	Dívida Pública Externa (em milhares de milhões de dólares)
2016	10 065
2017	11 395
2018 (previsão)	13 413

DESPESA PÚBLICA

Ano	Despesa Pública (em % do PIB)
2016	32,4
2017	32,1
2018 (previsão)	30,9

CONTA CORRENTE EXTERNA

Ano	Conta Corrente Externa (em milhares de milhões de dólares)
2016	-4 424
2017	-2 039
2018 (previsão)	-2 424

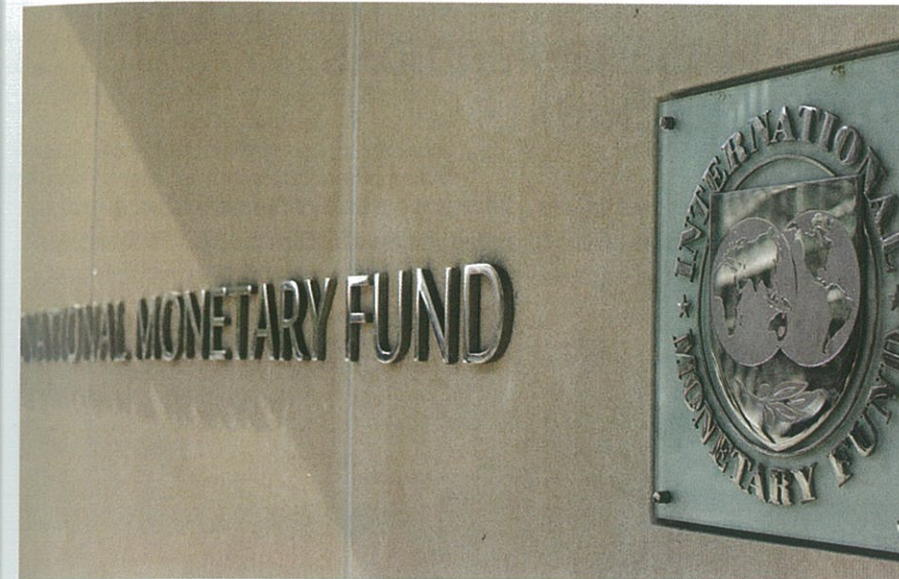
PIB (NOMINAL)

Ano	PIB (Nominal) (em milhares de milhões de meticais)
2016	689
2017	802
2018 (previsão)	875

RESERVAS LÍQUIDAS INTERNACIONAIS

Ano	Reservas Líquidas Internacionais (em milhares de milhões de dólares)
2016	1 753
2017	2 297
2018 (previsão)	2 573

(1) Previsão Para O Ano Corrente. FONTE: FMI



"O FMI entende que, se as lacunas de informação ainda não forem transparentes, é difícil retomar o apoio financeiro no quadro de um programa, porque há uma grande quantidade de dinheiro cujo destino é desconhecido"

das políticas que quer adoptar. Portugal, por exemplo, fez demonstração de grandes apropriações no programa com o FMI. Parece que quanto maior a apropriação das medidas, maior a facilidade com que os governos podem implementá-las porque reconhecem a necessidade de as fazer, não para agradar qualquer agente interno ou externo, mas às expectativas de médio-prazo de toda a sua população. Digo isso porque quando se coloca a pergunta sobre "se é suficiente ou não", essa apropriação está questionada. O FMI entende que, se as lacunas de informação não forem ultrapassadas, é difícil retomar o apoio financeiro no quadro de um programa como o que foi interrompido porque há uma grande quantidade de dinheiro cujo destino é desconhecido. É seria importante um compromisso para que a transparência na utilização de recursos públicos se manifeste para toda a população, algo até muito mais importante do que para o FMI. Mas, para responder directamente, é difícil saber quando é que o programa de apoio, financeiro ou não, poderá ser implementado. Vai depender do desenvolvimento dos acontecimentos. Particularmente gosto de Moçambique, e torço para que as coisas sigam para uma direcção favorável. É um desejo pessoal e institucional.

Olhando a essa tal perspectiva mais institucional, Moçambique terá feito, porventura mais, em termos da sua estrutura administrativa e legal nos últimos dois anos graças a uma série de medidas que nunca tinha tomado antes, e que teve de assumir quando deixou de ter apoio dos parceiros externos. O que nos leva a questionar sobre como poderão evoluir as formas de apoio ao desenvolvimento económico: irão, um dia, continuar a entrar nas contas do Orçamento do Estado ou destinar-se-ão cada vez mais a instituições de promoção do desenvolvimento, e projectos específicos? Há muitos trabalhos de economia política que oferecem uma visão bastante clara de que as crises são bem-vindas, no sentido de que oferecem oportunidades de reformas que, em tempos normais de mudança, não têm incentivos para se realizarem. Ou seja, se está tudo bem, ninguém 'mexe no jogo'. Assim, e de forma muito clara, o nosso desejo é que a crise que Moçambique enfrenta ofereça uma oportunidade única para o país, independentemente da intervenção dos doadores e do próprio FMI. É nosso desejo que, por si próprio, o país possa aprender com o que ocorreu e, obviamente, tomar uma nova direcção. O abrandamento

económico ofereceu, creio que isso é um facto, uma oportunidade real de Moçambique definir até, qual deverá ser o papel dos parceiros e agentes externos do país daqui para frente.

Fica a ideia de que o FMI não quer "deixar cair" Moçambique. Porquê? Terá isso a ver com o que está em jogo no futuro do país?

O FMI não quer que nenhum país membro "caia" e faz grande esforço para que as relações se mantenham boas e as possibilidades de assistência, sejam de que formato forem, continuem sempre a existir.

O FMI tem 'má fama' em muitos países e por vezes nota-se a politização da forma como se olha para a instituição: quem é de direita gosta e quem é de esquerda não. Porque é que isso acontece? Terá a ver com o timing em que por norma surge, no contexto da vida económica dos países em que intervém?

É uma pergunta interessante essa (sorri). Bem, quando o bombeiro chega para apagar as chamas, o que acontece em muitas situações, é que logo após as chamas baixarem ele é confundido com o próprio fogo e as suas consequências nefastas. Esta metáfora serve para explicar exactamente a questão que me coloca. Quando a situação é de facto muito negativa e os governos requisitam a nossa presença, obviamente que é fácil estabelecer-se uma ligação entre esse apoio que concedemos, as medidas que propomos, e as consequências ou resultados desse processo que, infelizmente, provoca efeitos indesejáveis. Na maioria das vezes, directamente relacionadas com a vida diária das pessoas que são quem mais sofre durante as crises. Sabemos que isso acontece, e posso dizer que tem sido feito um grande esforço interno de repensar o engajamento, e focar muito a questão nos efeitos destas políticas. Acredito que evoluímos em relação ao que éramos no passado, e parece-me que esse é um processo natural. Porque no fundo, queremos continuar a melhorar a nossa imagem para que os países membros do FMI se sintam orgulhosos do papel que a instituição lhes pode prestar.

TEXTO PEDRO CATIVELOS & CELSO CHAMBISSO
FOTOGRAFIA JAY GARRIDO